

**SONEGAÇÃO
FAZ MAL À SAÚDE
E À EDUCAÇÃO**

Contra o veto de Alckmin, paralisação no dia 16/8!

A Assembleia da Adusp de 9/8, em São Paulo, deliberou pela paralisação das atividades acadêmicas na terça-feira, dia 16/8, em protesto contra o veto do governador Alckmin à LDO aprovada pela Assembleia Legislativa (Alesp). Razões não faltam para deflagrarmos uma luta aberta contra o veto de Alckmin, em defesa da Educação Pública em São Paulo.

Nas universidades estaduais

A manutenção dos atuais 9,57% do ICMS ameaça seriamente de sucateamento a USP, a Unesp e a Unicamp, além de inviabilizar o investimento em condições dignas de vivência e permanência estudantis. O custo da implantação definitiva de universidades jovens não pode ser feito à custa do arrocho de salários e das condições de custeio e investimento dessas instituições, responsáveis por parte importante da produção acadêmica brasileira. Registre-se que a conta da Previdência, sem dúvida muito importante, está incluída nos atuais 9,57%. É essencial manter os direitos previdenciários de todos, sendo também necessário separar o investimento na Educação ativa da retribuição previdenciária. Além disso, o governo Alckmin continua a descontar, ilegalmente, o montante da Habitação dos repasses feitos às universidades estaduais.

Tanto no caso da questão previdenciária, quanto no da questão da Habitação, a intransigência do governo Alckmin é total, recusando-se a qualquer tipo de diálogo ou negociação. A passagem para 10% do ICMS que constava do Artigo 4º vetado por Alckmin, eliminando o desconto da Habitação, negociado com os partidos na Alesp, representaria algum alento, possibilitando o início da reversão da grave situação em que nos encontramos atualmente.

A irresponsabilidade de Alckmin é tanta que a autonomia das estaduais paulistas, duramente conquistada, está ameaçada. Sem destinação específica na LDO, qual será a dotação orçamentária da USP, Unesp e Unicamp em 2006?

desvincular verbas constitucionalmente destinadas a serviços públicos essenciais. A famigerada DRU (Desvinculação das Receitas da União) continua mantida e fala-se mesmo em aumentá-la.

É preciso ter claro que sem a vinculação de receitas

a serviços públicos essenciais é impossível construir políticas públicas estáveis, duradouras e de interesse da maioria da população brasileira, que possibilitem acabar com a enorme desigualdade social que assola o Brasil.



Plenária de 10/8 na Alesp, contra o veto de Alckmin

Na Educação Básica

Temos salários arrojados, escolas sendo fechadas e completa falta de condições para um ensino público de qualidade. A derrocada só não é maior devido à dedicação e ao esforço dos servidores da Educação. Como no caso das Universidades, a conta da Previdência é incluída nos 30% da receita de impostos, constitucionalmente vinculados à Educação, bem como os gastos com a Febem e o pagamento de juros de empréstimos. O governo Alckmin gasta, efetivamente, menos de R\$ 100 por mês por aluno, na Educação Básica, quantia ridícula para manter um serviço público tão essencial. Mesmo assim, Alckmin vetou o Artigo 29 da LDO aprovada na Alesp, que destinava 31% da receita de impostos para a Educação Pública como um todo em São Paulo, alegando “excessiva vinculação de recursos” que dificultaria a administração pública, leia-se “colocar o dinheiro onde me interessa”.

Enquanto a sonegação, a evasão e a corrupção fiscais rolam soltas, Alckmin vetou um aumento de 1% da receita de impostos para toda a Educação Pública em São Paulo!!

A postura de Alckmin reforça a política geral — também do governo federal — de

Torna-se, portanto, imperioso construir uma grande mobilização de professores, estudantes e funcionários, discutindo inclusive a deflagração de greve, para:

- Reverter, através da pressão na Alesp e sobre os deputados, o veto de Alck-

min à LDO;

- Em aliança com as demais entidades da Saúde e da Educação, denunciar o arrocho de salários e as péssimas condições de vida e trabalho que subsistem nesses serviços públicos em São Paulo.

Daniel Garcia

Plenária na Alesp discute estratégia contra veto

Mobilização. Foi a sugestão dada ao Fórum das Seis e à Apeoesp durante plenária realizada em 10/8 no Auditório Franco Montoro para pressionar a Assembléia Legislativa (Alesp) a derrubar o veto do governador Geraldo Alekmin às emendas da LDO 2006 referentes à ampliação de recursos para a educação pública. As emendas garantiriam que as universidades estaduais e o Centro Paula Souza receberiam, respectivamente 10% e 1% da arrecadação do ICMS. Além disso, os recursos destinados para a educação toda iriam de 30% para 31%.

“Derrubar o veto do governador é difícil”, reconheceu o deputado Renato Simões, líder do PT na Alesp. Afinal, há três anos que nenhum dos projetos apresentados à casa pelo Poder Executivo é alterado pelos deputados. Assim, prosseguiu Simões, é necessário mobilizar a opinião pública, dentro e fora dos *campi* universitários.

Os deputados Roberto Felício e Maria Lúcia Prandi, fizeram coro às palavras do colega. O deputado Mário Reali sugeriu recorrer às audiências públicas da Lei Orçamentária (LO) como espaço de pressão sobre os deputados governistas.

“A luta feita pelas universidades não pode ser descartada em virtude do veto”, afirmou o professor Milton Vieira, presidente da Adunesp e coordenador do Fórum, numa alusão ao movimento que culminou com a aprovação das emendas na Alesp.

Primeiros passos

Se colocada em votação, a derrubada do veto deve ocorrer em até 30 dias contados a partir de 4/8, quando a LDO, já alterada por Alekmin, foi publicada no Diário Oficial do Estado. Antes, porém, é necessário que a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) da Alesp elabore um parecer sobre o assunto. O relator será o deputado Edmir Chedid (PFL), que também foi responsável pelo texto da LDO.

Os deputados Felício e Simão Pedro (PT) e o presidente da Adusp, professor César Minto, sugeriram que seja realizada uma reunião entre o Fórum e a Apeoesp com o presidente da Alesp, deputado Rodrigo Garcia (PFL) em 16/8, quando haverá um ato do Fórum. Os professores Minto e Vieira destacaram, nesse contexto, o potencial de mobilização da Apeoesp, que realizara uma manifestação na Alesp na véspera.

“Parece que a categoria está ficando revoltada”, constatou o professor Carlos de Castro, presidente da associação que reúne os docentes do ensino básico estadual e já conta com um calendário próprio para reivindicar suas demandas, incluindo um ato no dia 26 de agosto. Além da organização de atos, outras iniciativas podem ser tomadas. Os deputados Simões e Felício disseram que estudam a possibilidade de contestação judicial da maneira através da qual Alekmin vetou as emendas, removendo

apenas trechos do artigo 4º, inclusive o seu *caput* (introdução), contrariando o artigo 28, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Mesmo que um percentual de repasse de verbas às universidades não seja definido, a LO deve contemplar recursos à elas. No entanto, como destacou o professor Vieira, tais recursos podem corresponder a menos de 9,57% do ICMS arrecadado em 2006, representando um regresso ao que vinha sendo contestado nos últimos anos.

CO reúne-se em 16/8

Aproveitando a reunião do dia 16/8, a Adusp encaminhará aos Conselheiros um pedido de manifestação do CO da USP sobre o veto de Alekmin à LDO. Além disso, como parte da campanha conjunta pela democratização da USP, nos propomos, juntamente com o DCE-USP e o Sintusp, a obter assinaturas para que seja incluído na pauta de uma próxima reunião do CO o estabelecimento de um cronograma de discussões amplas sobre formas e concepções que embasariam uma reformulação do atual estatuto da USP, de forma a ampliar a democracia interna, a inserção social e o desenvolvimento acadêmico e institucional da USP.

Atividades para dia 16/8

10h00 Debate: O veto de Alekmin à LDO

Local : Anfiteatro da História

Convidados:

- Deputado Caldini Crespo (*Pres. da Comissão de Orçamento, Alesp*)
- Deputada Maria Lúcia Prandi (*Pres. da Comissão de Educação, Alesp*)
- Martus Antônio Tavares (*Sec. de Planejamento do Estado de SP*)
- Representante da Apeoesp
- DCE-USP
- Sintusp

14h00 Ato na Assembléia Legislativa

Fórum participa de Marcha a Brasília em 17/8

O Fórum das Seis participará da Marcha a Brasília de 17/8 (quarta-feira), convocada pelo Andes-SN, “Contra a corrupção, as reformas neoliberais e a política econômica do governo Lula/FMI”.

A Marcha pedirá “cadeia para todos os corruptos e corruptores” e a anulação da

Reforma da Previdência.

Além de denunciar a política econômica do governo Lula, exigindo a suspensão imediata do pagamento das dívidas externa e interna e a anulação dos leilões das reservas petrolíferas, a Marcha tem como bandeiras a derrota das reformas neoliberais e o atendimento de reivindica-

ções históricas dos trabalhadores brasileiros.

O Andes-SN e demais organizadores da Marcha defendem a retirada imediata do projeto de Reforma Sindical e Trabalhista (PEC 369/05) e da Reforma da Educação Superior, bem como a suspensão da tramitação da Reforma Tributária.

**Ato na Alesp, 16/8, às 14h
Contra o veto de Zeroaldo**